

—★ continuação

arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, e se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa incremental, a Companhia: • quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; • usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; • faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. Adicionalmente, para mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia deve contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: • tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; • tenham sido celebrados em datas próximas; • se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; • se tiverem obrigações de performance/contraprestações inter-relacionadas nos contratos;• se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto a opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

Saldo em 31/12/2023 — 6.900
Adições — (6.900)
Saldo em 31/12/2024 — —
Saldo em 31/12/2025 — —
11. Empréstimos, financiamentos e debêntures: **Política contábil:** Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • o montante da obrigação nos termos do contrato; e • o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. Os termos e condições dos contratos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros				
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Sem garantia					
BNDES	IPCA + 4,69%	9,16%	Real	25.409	—
BNDES	Pré-fixado	7,89%	Real	216.349	—
Debêntures – CDI	CDI + 1,20%	13,50%	Real	—	240.120
Total				241.758	240.120
Circulante				8.655	240.120
Não circulante				233.103	—

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	15.809	—
3 a 4 anos	15.809	—
4 a 5 anos	15.809	—
Acima de 5 anos	185.676	—
Total	233.103	—

Abaixo movimentação ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo em 31/12/2023	—
Captação	234.428
Juros, variação cambial e valor justo	5.692
Saldo em 31/12/2024	240.120
Captação ⁽ⁱ⁾	241.026
Amortização de principal	(235.000)
Pagamento de juros	(16.085)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	(25.557)
Juros e variação monetária	37.254
Saldo em 31/12/2025	241.758

(i)A variação decorrente da movimentação das captações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refere-se aos custos de captação. **Captações do exercício**

Segmento/modalidade	Data	Taxa	Objetivo	Valor	Vencimento
BNDES	dez-25	IPCA – 9,00%	Investimentos	26.675	set-41
BNDES	dez-25	Pré-fixado	Investimentos	215.825	set-41

Linhas de crédito não utilizadas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, mantinha disponíveis linhas de crédito junto a instituições financeiras, não utilizadas, no montante aproximado de R\$207.244. A utilização dessas linhas está condicionada ao cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas. A Companhia possui *covenants* não financeiros e, monitora constantemente as condições contratuais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados descumprimentos que afetassem essas demonstrações financeiras. **12. Fornecedores e outras contas a pagar:** **Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e giro onde geralmente são pagos em até 90 dias após o reconhecimento. Além disso, são reconhecidos os valores por regime de competência e através do registro de provisões quando existente uma obrigação presente para a entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade. **12.1. Fornecedores**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de imobilizado, materiais e serviços	35.489	1.150
Total	35.489	1.150

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Biometano Verde Paulínia S.A. (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

12.2. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para aquisição de imobilizado	5.216	7.354
Provisões para fornecedores de serviços	3.542	193
Total	8.758	7.547

13. Imposto de renda e contribuição social: **Política contábil:** A taxa nominal de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.838)	4.154
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	5.045	(1.412)

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Selic indêbita	177	—
Outros	57	7
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	5.279	(1.405)
Taxa efetiva – %	(35,58)%	(33,82)%

Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	—	169
Base negativa de contribuição social	—	61
Diferenças temporárias:		
Provisões diversas	1.199	64
Diferido sobre resultado pré-operacional	10.276	—
Variação cambial não realizada	2	—
Total	11.477	294
Débitos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Arrendamentos	—	(1.705)
Juros capitalizados	(7.569)	—
Total	(7.569)	(1.705)
Total de tributos diferidos registrados	3.908	(1.411)

	Saldo em 31/12/2024	Impacto no resultado do exercício	Saldo em 31/12/2025
Ativos			
Prejuízo fiscal e base negativa	230	(230)	—
Provisões	64	1.135	1.199
Diferido sobre resultado pré-operacional	—	10.276	10.276
Variação cambial não realizada	—	2	2
Total	294	11.183	11.477
Passivos			
Juros capitalizados	—	(7.569)	(7.569)
Arrendamentos	(1.705)	1.705	—
Total	(1.705)	(5.864)	(7.569)
Total impostos diferidos reconhecidos	(1.411)	5.319	3.908

	Saldo em 31/12/2023	Impacto no resultado do exercício	Saldo em 31/12/2024
Ativos			
Prejuízo fiscal e base negativa	—	230	230
Provisões	—	64	64
Total	—	294	294
Passivos			
Arrendamentos	—	(1.705)	(1.705)
Total	—	(1.705)	(1.705)
Total impostos diferidos reconhecidos	—	(1.411)	(1.411)

14. Partes relacionadas: As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas. Adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovados em comitê de riscos individualmente, e pelo Conselho de Administração, caso aplicável.

Contas a pagar com partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Operações administrativas		
Edge Comercialização S.A. ⁽ⁱ⁾	9.306	2.673
Orizon Meio Ambiente S.A.	—	200
Raizen S.A. e suas controladas	4	—
Total	9.310	2.873
Operações financeiras		
Orizon Meio Ambiente S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	54.680	—
TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	56.912	—
Total	111.592	—
Total do passivo circulante	120.902	2.873

⁽ⁱ⁾ Substancialmente, refere-se a recobrança de despesas de mão de obra gerada internamente. ⁽ⁱⁱ⁾ Em 26 de novembro de 2025, a Companhia celebrou a 1ª Emissão de Notas Comerciais junto ao TRSP e à Orizon, no montante total de R\$ 110.000, sendo R\$ 56.100 junto ao TRSP e R\$ 53.900 junto à Orizon, com vencimento final acordado entre as partes em março de 2026 e remuneração equivalente a 100% do CDI acrescida de 1,2% ao ano. O contrato foi celebrado em condições de mercado para a respectiva transação.

Operações financeiras

Saldo em 31/12/2023	—
Saldo em 31/12/2024	—
Captação	110.000
Juros e variações monetárias	1.592
Saldo em 31/12/2025	111.592

Diretoria		
Lucas Weber - Diretor Presidente	Diego Willian dos Santos - Diretor Financeiro	Christian Schock - Diretor de Operações
Membros do Conselho de Administração		
Demétrio Antônio de Toledo Magalhães Filho Presidente do Conselho de Administração	Tatiana Ferreira Lemos Membro do Conselho	Leonardo Roberto Pereira dos Santos Membro do Conselho
Paulo Sergio Santa Ana Maia Membro do Conselho		
Jorge Rogério Elias Membro do Conselho		
Leonardo Leroy Simis Ratke CRC 1SP326956/O-1		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Biometano Verde Paulínia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Biometano Verde Paulínia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Reconhecimento, mensuração e definição de custos capitalizáveis ao imobilizado - Nota 9

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, desenvolvendo o projeto de construção de uma planta de purificação de biometano, que envolve um grande volume de transações, além da capitalização de despesas com juros e mão de obra. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado no imobilizado, referente a obras em andamento, totalizava R\$ 432.014 mil. A definição dos gastos elegíveis para capitalização durante o processo de construção, bem como a determinação dos valores de juros e mão de obra a serem capitalizados, exigem julgamentos complexos por parte da administração da Companhia. Considerando o volume e a relevância dos valores envolvidos, assim como a necessidade de julgamento pela administração sobre a capitalização de gastos, este tema foi identificado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos processos relevantes implementados pela Companhia relacionado ao reconhecimento e mensuração do imobilizado, classificado como ativo qualificável para capitalização. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também: (i) acompanhamento da evolução do projeto e de gastos associados, avaliando se tais ativos são passíveis de capitalização; (ii) o exame, em base amostral, dos itens capitalizados, avaliando se os critérios determinados para a capitalização de custos foram atendidos e se sua classificação foi apropriada; e (iii) o recálculo dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 27 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a

administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mozart Hasselman de Abreu Leite
Contador - CRC BA036873/O-7